



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XVI - Nº 295 - DE 06 A 20 DE MARÇO DE 2005 - R\$ 1,50

As raízes da violência latifundiária



Grilagem e devastação de florestas

A política do governo do PT/Lula

Violência do Capital: assassinatos e chacinas

Tribunais Populares para julgar e punir

**25 anos do PT: capacho do grande capital
e inimigo dos explorados e oprimidos**

A posição do POR no Congresso do ANDES:

**Conlutas e Conlute como organismos de frente única
contra o governo do PT/Lula e suas reformas,
e de combate às direções burocráticas.**

Contra a cisão das organizações de massa (CUT e UNE)

QUINZENA DAS LUTAS OPERÁRIAS

GOVERNO ALCKMIN e a destruição dos serviços públicos

O governo de São Paulo acentuou, neste primeiro semestre, a política de corte de recursos públicos. Se não bastasse a demissão de milhares professores com o fechamento de salas de aula e até de escolas inteiras, a substituição dos funcionários de escola por terceiros e a tentativa de terceirizar o setor da bilheteria no metrô, agora investe na redução salarial de 30% para o setor de manutenção do metrô. Na Imprensa Oficial, não há concurso há mais de 6 anos e, neste período, muitas pessoas se aposentaram. Nestes 2 últimos meses, 170 trabalhadores foram demitidos.

As direções sindicais nada têm feito contra a política do PSDB. Tudo se resume a pequenos atos descentralizados e as inócuas pressões parlamentares.

É necessário travar uma luta unitária contra o governo. Uma luta que reúna tanto o funcionalismo, quanto os trabalhadores das autarquias. Sem usar os métodos que são próprios dos trabalhadores, greves, paralisações, manifestações rua etc não há como barrar as medidas governamentais e derrotar a política colaboracionista das direções sindicais.

Sindicalistas preferem PLR ao reajuste

Em reportagem do dia 17/02/2005, Diário do Grande ABC, Martinha (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, ligado a Força Sindical) disse que: "Em vez de reajuste salarial, mais PLR (Participação nos Lucros e Resultados". Disse ainda que: "Concentrar energias somente no reajuste de salários acaba incentivando as empresas a substituírem a mão-de-obra mais "cara" por outra com salário menor". A safadeza desses burocratas é muito grande. Sabemos que a PLR é um engodo, não entra nas férias e nem na aposentadoria. Na verdade, é uma artimanha dos patrões para diminuir a folha de pagamento e não pagar os encargos sociais.

Pior que o soneto é a emenda dita pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Feijó: "A PLR é uma briga, e o reajuste é outra. Não misturamos as duas questões, porque isso significa flexibilizar a remuneração do trabalhador, o que é ruim. No nosso entendimento, a PLR é uma renda adicional, que diz respeito ao esforço que o trabalhador fez ao longo do ano gerando determinado lucro para a empresa. Por isso, é mais do que devido. A discussão do reajuste salarial envolve outros elementos e, por isso, tem de ser vista de outra maneira."

O burocrata cutista Feijó não denuncia a farsa da PLR, ao contrário, exalta como se fosse um prêmio oferecido pelos patrões. O fato é que esses dirigentes há muito abandonaram a luta por uma campanha salarial para arrancar dos capitalistas o reajuste salarial. As negociações entre sindicato e patrões têm resultado em acordos que favorecem as empresas, entre eles a PLR.

Para derrotar esses burocratas vendidos é preciso organizar os grupos de oposição, que são as frações revolucionári-

as, apoiadas nas reivindicações e no método da luta de classe.

Servidores de Mauá em Luta contra o prefeito

Os funcionários públicos de Mauá (como o restante do funcionalismo) estão sem aumento há oito anos e começaram a campanha pelo reajuste salarial. Mas o prefeito interino, Diniz Lopes (PL), já anunciou que sua administração não será a salvadora da pátria. As perdas salariais atingiram 71%, nos últimos oito anos. É hora do funcionalismo de Mauá partir para o ataque, não confiar na Prefeitura nem nos burocratas do sindicato, que estão com pena do prefeito, que se diz vítima da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sem pagamento, funcionários de UBS fazem greve em Mauá

Os 54 funcionários da UBS (Unidade Básica de Saúde) do Jardim Primavera, em Mauá, suspenderam parcialmente o atendimento no dia 19/02 por estarem há 12 dias com os salários atrasados. A equipe atendeu somente às emergências, mas durante a manhã a paralisação foi total. O atraso no pagamento afetou os 518 funcionários que trabalham no PSF (Programa Saúde da Família) em oito unidades de saúde. No entanto, o atendimento foi paralisado apenas na UBS do Jardim Primavera. A terceirização da saúde leva a isso: piora no atendimento à comunidade e superexploração dos funcionários

Químicos protestam contra Unilever

O Sindicato dos Químicos Unificados e outros sindicatos da categoria integrantes da CNQ (Confederação Nacional do Ramo Químico) realizaram no dia 02/02, um ato de protesto contra a Unilever Brasil, que demitiu 48 trabalhadores de sua unidade de Vinhedo, interior de São Paulo, dia 28/01. O ato de protesto foi fortemente intimidado pela Polícia Militar.

Os sindicalistas exigem da Unilever o cumprimento do acordo assinado em 2004 entre a multinacional e os trabalhadores. De acordo com o contrato, não haveria demissões coletivas sem que antes fossem abertas "negociações em busca de alternativas".

Entre os demitidos há portadores de lesões ocupacionais adquiridas durante o período de trabalho na própria Unilever. Há, também, demissões de trabalhadores em um prazo inferior a 15 dias do retorno das férias, uma "estabilidade" que está garantida na convenção coletiva da categoria.

A burocracia sindical ilude os trabalhadores com a idéia de que os patrões são parceiros. Na luta entre o capital (patrões) e os trabalhadores (força de trabalho) não há parceria. É conflito de classe. Os patrões detêm os meios de produção e a riqueza produzida e usam de todos os meios para manter a exploração do trabalho e as demissões. Por isso, impedir as demissões significa enfrentar os capitalistas com nossa força, que é a unidade dos operários e os métodos da ação direta.

Movimento Camponês

Sem-terra bloqueiam quatro rodovias em Alagoas

Integrantes do MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) bloquearam no dia 01/03 quatro rodovias federais e estaduais em Alagoas. O grupo estima o número de manifestantes em dois mil. Os sem-terra exigem agilidade do governo na desapropriação de áreas para a reforma agrária.

MST invade sede do Inbra em Maceió

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) ocuparam no dia 28/02 a sede do Inbra (Instituto Nacional de Colonização Agrária) em Maceió, Alagoas. Eles protestaram contra a lentidão da reforma agrária no Estado e cercaram os funcionários, exigindo o afastamento da diretoria do instituto.

Mais de três mil trabalhadores ficaram de guarda na porta principal da sede do Inbra. A direção nacional do Inbra pediu proteção policial para os servidores e entrou com uma ação na Justiça federal pedindo a desocupação de posse da superintendência de Alagoas.

Integrantes do MST invadem prefeitura na Bahia

Cerca de 800 integrantes do MST ocuparam dia 16/02 a Prefeitura do Prado, na Bahia. Eles protestam contra as más condições de saúde e educação do município.

Mais de 140 crianças assentadas estão sem vaga nas escolas da cidade.

Lavradores ligados a MST invadem fazenda em Pernambuco

Cerca de cem camponeses ligados ao MST ocuparam na madrugada do dia 27/02 a fazenda Paulista, em Garanhuns (226 km de Recife), Pernambuco. Esse grupo esperava dez meses na beira da estrada a desapropriação da terra e não viu resultados. A fazenda, que possui 1.200 hectares, foi quase toda grilada.

O MST pretende ampliar para 500 o número de acampados na fazenda. Representantes do movimento foram mobilizados para buscar na região ex-trabalhadores rurais que trocaram o campo pela periferia das cidades.

Para o MST a fazenda tem dois simbolismos: ocorreu em uma cidade turística importante no Estado e na terra natal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Caetés, ex-distrito de Garanhuns, onde Lula nasceu, foi emancipado e se transformou em município.

Ocupação urbana em Recife

Cerca de 300 sem-teto coordenados pelo MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) ocuparam no dia 26/02 um terreno localizado no bairro da Imbiribeira, zona sul de Recife. A área é particular. O MTL pretende pedir a sua desapropriação.

Denúncias

Violenta desocupação em Goiânia



Os sem teto tentaram resistir com barricadas e autodefesa, mas foram duramente reprimidos pela polícia em Goiânia

Uma grande operação da polícia militar, com 2.500 homens, ocorreu no dia 16 de fevereiro, para desocupar o sem-teto de Sonho Real, em Goiânia. Oficialmente, duas pessoas morreram, mas moradores relataram que há mais mortos. Cerca de 800 pessoas foram presas.

A ocupação começou em maio de 2004 numa área abandonada e, em pouco tempo, já eram 3 mil famílias. Em janeiro, a Justiça ordenou a desocupação e, desde então, a polícia intensificou os ataques e ameaças.

Em fevereiro, temendo a repressão policial, os ocupantes organizaram uma comissão e, juntos com vereadores e deputados, foram ao prefeito Iris Rezende para pedir a desapropriação do terreno.

De nada adiantou, nos dias 11 e 15 de fevereiro, a polícia invadiu a área reprimindo violentamente os ocupantes. O que ocorreu em Goiânia foi o que se passou com a desocupação da Vila Socialista em Diadema (SP). A única diferença é que Diadema era governada por um petista que se colocou do lado do governador. Isso mostra que os partidos que estão a serviço da burguesia têm de administrar para essa classe.

A criação de uma comissão para discutir a desapropriação da área não resultou em nada. A família, proprietária do terreno, deve para os cofres públicos cerca de 2,5 milhões de reais em impostos. Mesmo assim, o governo não desapropriou o terreno. Ao contrário, fica à mercê do jogo do proprietário e dos que são pagos para defendê-lo, seus advogados.

Como se vê, a burguesia manda no Estado, na Justiça e usa a polícia para defender seus negócios. A população pobre que não tem onde morar é brutalmente retirada. A luta pela moradia é uma reivindicação da maioria explorada e desempregada. Por isso, a unidade com outros setores oprimidos fortalece o movimento para poder enfrentar os proprietários e seus governos.

Mais Denúncias

Assassinatos de camponeses em Rondônia

O Estado de Rondônia ocupa o 2º lugar em assassinatos de camponeses. Só perde para o Pará. Somente em um ano do governo PT/Lula, segundo dados oficiais, 10 camponeses foram mortos em Rondônia e 23 no Pará. Em todas as regiões do Brasil, cresceram os assassinatos no campo. Mas a Região Norte lidera com 64%. Esses números são contestados pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Movimento Camponês de Corumbiará (MCC) e pelo Movimento de Sem-terra (MST). Foi na região Norte que tivemos as chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

A violência reacionária dos fazendeiros, grileiros e madeireiras é protegida pelos governos, Justiça e polícia. Os camponeses não têm outra via senão apoiar nos métodos do proletariado para ter acesso à terra. As denúncias contra os extermínios de camponeses pobres deve fazer parte da luta para pôr em pé os tribunais populares, organismos coletivos dos explorados para punir os verdadeiros responsáveis pelos assassinatos.

Severino recebe Stedile

Logo após um pedido de audiência com o Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), pela UDR, o MST fez o mesmo. Stedile pediu no encontro ajuda para projetos e ações do MST. Dois deles: a aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que desapropria terras em que existe trabalho escravo e a rejeição da Lei de Biossegurança, em tramitação na Câmara. Tudo indica que o dirigente do MST procurou o político malufista (PP) pelo fato desse se manifestar favorável à posição das Igrejas contra as pesquisas em torno das células-tronco. O interesse do MST se prende mais à questão dos transgênicos. A prática das lideranças do MST de correr atrás de parlamentares demonstra o quanto dependem das decisões do Congresso Nacional. É nesse sentido também que usam o método da ocupação de terras. Ou seja, como mero instrumento de pressão sobre os parlamentares e o governo. Isso por que o MST não se apóia em um programa da revolução agrária, que é parte do programa da revolução proletária.

Resultado

A Câmara Federal votou favorável ao projeto de Lei da Biossegurança. O relator Perondi fundiu dois temas distintos, como o da Célula-tronco e dos transgênicos, uma forma de unificar os parlamentares, inclusive petistas. À frente da campanha pela aprovação da Lei de Biossegurança estava o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, circundados pelo Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Luis Fernando Furlan, da Saúde, Humberto Costa, e da Coordenação Política, Aldo Rebelo (PCdoB).

Sem dúvida, é necessário combater o obscurantismo das Igrejas contra as pesquisas científicas. Mas essa questão esteve submetida a interesses do grande capital. No caso dos transgênicos, a multinacional Monsanto ditou os votos. Nota-se que as pesquisas científicas, suas aplicações e suas conseqüências para a natureza e o homem estão determinadas pelo grande capital. A ciência, os cientistas e o poder político lhe é subserviente.

De um lado, o reacionarismo da religião; de outro, a ciência e tecnologia transformadas em capital, ou seja, em meio de exploração do homem pelo homem e de avassalador saque da natureza. O capitalismo, na sua fase de decomposição, se mostra destruidor do homem e da natureza.

A tarefa é a de colocar a ciência e a tecnologia a serviço da humanidade. Para isso, é preciso arrancá-las das mãos dos capitalistas e transformá-las em um bem social. Mas essa tarefa implica uma mudança profunda da base econômica e no modo social de relacionamento entre os homens. A grande propriedade privada tem de ser tornar propriedade coletiva dos meios de produção. A burguesia só será expropriada do poder econômico por meio da revolução proletária. É parte do programa marxista a defesa do homem e da natureza.

Chile:

O embrião do partido operário chileno ingressa numa nova fase

É com grande satisfação que vemos a reestruturação do grupo operário revolucionário "Contra a Corrente".

Em seu jornal de apresentação, eles se apresentam da seguinte forma: "Contra a Corrente é uma publicação revolucionária que reivindica sua identidade classista proletária e que dá valor, do ponto de vista objetivo, à atual situação social, política e econômica que atravessa o movimento de massas, e, em especial, a classe operária (o segmento que realizará as tarefas de transformação social que a humanidade necessita)".

A atual situação se caracteriza como de crise. Por um lado, o capitalismo com seus problemas cíclicos irreversíveis e, por outro, a falta da direção revolucionária dos trabalhadores..."

Num outro trecho do texto de apresentação, procura demonstrar como se pretende atuar na situação: "Nosso núcleo revolucionário Contra a Corrente se desenvolverá na massa

operária para organizá-la e dotá-la de um Programa de Transição assentado na realidade nacional e com uma profunda solidariedade internacional, para desse modo reverter o pessimismo e o derrotismo que destroem a consciência e a vontade dos oprimidos chilenos, guiando-os assim para que eles conquistem sua emancipação social".

Damos um viva e uma vida longa ao grupo. O trabalho será árduo, pois o estalinismo e a social-democracia são um grande obstáculo. A experiência com a frente-popular de Allende não pôde ser concluída pelo golpe gorila de Pinochet. A reconstrução da vanguarda chilena terá de enfrentar as ilusões mal resolvidas.

A construção do POR chileno, membro do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional é a chave do problema.

Assassinato de Dorothy Stang

As raízes da violência latifundiária

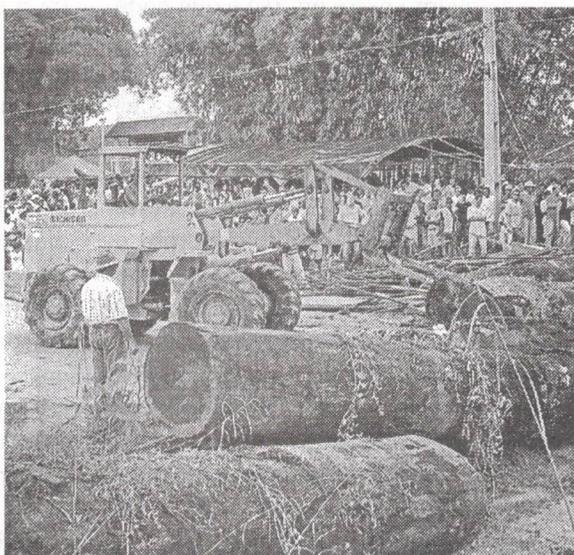
O assassinato da missionária Dorothy Stang e líderes camponeses, no Pará, trouxe à tona a luta de classe no campo, o problema da terra e a violência reacionária da burguesia. Não se trata de um fenômeno novo. A história do Brasil está marcada pelo choque entre latifundiários e a maioria pobre do campo; pela violenta repressão desfechada pelos grandes proprietários rurais e governo contra os camponeses, expulsos de suas terras; pela grilagem e pela exploração predatória de reservas florestais e minerais, realizadas por grandes empresas e fazendeiros.

Em todas as regiões do país, os sem-terra estão obrigados a enfrentar cotidianamente o poder latifundiário, que reúne capangas, milícias armadas e um arsenal militar. Para se manter no campo e reivindicar o direito à terra por meio da reforma agrária, os camponeses têm de se confrontar com a violenta reação da oligarquia agrária e com o Estado.

No período da colonização, que distribuiu terras (sesmarias) aos que tinham recursos para comprar escravos e produzir de acordo com os interesses do capital mercantilista, os massacres indígenas, repressão aos escravos rebelados e expulsão de colonos de pequenas propriedades foram constantes.

A Lei da Terra (1850), imposta pelo governo imperial, legitimou a posse dos latifúndios para uma reduzida camada de proprietários de terras, reforçando a expulsão de camponeses. Com a ditadura militar, o Estatuto da Terra (1964) pretendia trocar a palavra latifúndio por empresa agrícola como forma de acobertar as enormes extensões de terras nas mãos de minoria de proprietários e conter a luta no campo desfechada pelas Ligas Camponesas. No governo de José Sarney houve a tentativa de retomar o Estatuto da ditadura militar por meio do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Todos esses mecanismos serviram para combater a reivindicação dos camponeses de reforma agrária e reafirmar o poder da burguesia agrária.

Com a ascensão do PT ao poder do



Os capitalistas que exploram a madeira de forma legal e ilegal são os responsáveis pelo assassinato das lideranças camponesas da região

Estado, com a promessa de realizar a reforma agrária, o governo Lula determinou o 2º PNRA, estabelecendo metas de assentamento de sem-terra e mantendo a legislação pró-latifundiária dos governos anteriores. A pressão dos grandes proprietários rurais e das empresas (agronegócios) impedem que Lula dê um passo em favor da reforma agrária. As promessas de assentamentos não são cumpridas e a repressão e chacina de camponeses ampliaram violentamente. Os camponeses sem-terra não têm outro recurso senão usar os métodos próprios do proletariado, que são os da ocupação de terras.

Os acontecimentos recentes no Pará, que levaram a morte de Dorothy Stang e de outros sindicalistas, expressam a explosão social no campo e a necessidade da unidade entre camponeses e proletariado (aliança operária camponesa) para pôr em marcha a luta pela expropriação do latifúndio, pelo fim da grilagem de terras e pela eliminação da devastação das reservas naturais, pela punição dos assassinos e pela erradicação de toda legislação que favoreceu a concentração de terras e o poder da burguesia fundiária.

Particularidades econômicas e sociais do Pará

O Estado do Pará, o segundo maior

do Brasil, é um dos que mais se manifesta o choque entre uma ultra-minoria de latifundiários e a grande maioria de trabalhadores agrários sem-terra e posseiros. Na sua origem, fez parte da capitania do Grão-Pará e Maranhão, de onde provinha a extração da madeira, resinas e ervas por meio do trabalho escravo indígena, que serviam aos interesses dos colonizadores portugueses. Por meio da Companhia de Comércio do Maranhão, na qual fazia parte o capital metropolitano, a capitania produziu algodão e cacau usando a força de trabalho dos escravos negros, traficado pela Companhia. O Pará se destacou nos movimentos pela independência enfrentando as tropas portuguesas e, na fase do império,

viveu a revolta Cabanagem entre índios, negros e população pobre contra o governo. O movimento dos cabanos conseguiu a autonomia da província do Pará, mas foi brutalmente reprimido.

A miséria do povo, que inclui as áreas indígenas e os remanescentes dos quilombos, fez desse Estado uma região de permanentes conflitos. Na época da ditadura militar, por meio da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), os governos favoreceram as grandes empresas com vistas a agropecuária e a extração de madeira e minérios. Isso fez crescer os conflitos entre camponeses e proprietários e aumentar a grilagem da terra. Com o garimpo da Serra Pelada, o Estado foi atraído por cerca de 100 mil migrantes, que viam a possibilidade de emprego e de melhoria de vida. Mas o garimpo se esgotou rapidamente, deixando mais fome para a população oprimida e a extração do minério para as mãos da Companhia do Vale do Rio Doce. É preciso lembrar, também, o massacres dos trabalhadores de Serra Pelada.

O fato é que tem aumentado a concentração de terra, ao ponto de 1% dos latifundiários possuir mais da metade de todo o Estado. A pecuária e a exploração da madeira têm devastado o Pará. Os madeireiros exploram áreas de floresta ao longo da rodovia Cuia-

bá-Santarém e as áreas de conservação (reservas indígenas) ou de assentamentos de camponeses. Só ao longo dessa rodovia existem mais de 300 madeireiras. Boa parte não acata a legislação, não têm registro, não pagam impostos, usam de trabalho quase escravo, inclusive o escravo, e sequer utilizam os mecanismos de “manejo florestal”, concedidos pelo Ibama. Há uma constatação feita pelo conselho Mundial de Manejo Florestal que diz que 42% da extração da madeira é clandestina e que esse setor movimentava 2,5 bilhões de dólares anualmente na região Amazônica. Há um consórcio entre empresas nacionais e estrangeira. Para a devastação e ataque a camponeses e indígenas tem sido fundamental a intervenção do capital externo. Existem milhões de hectares de floresta na Terra do Meio (sul do Pará) devastados. Dados mostram que duas mil e quinhentas árvores são cortadas por mês.

Madeireiros, pecuaristas e agronegócios ocupam terras públicas e forjam documentos para ter a posse da terra. Para isso, contam com organismos do Estado (cartórios), com uma rede de comparsas que auxiliam na concessão de títulos de posse e com a ajuda de políticos. À população pobre local, migrantes e indígenas são impostas as leis dos quadrilheiros de terra.

Governo Lula diante das denúncias de grilagem e devastação da floresta

O governo do PT, logo após o assassinato da religiosa norte-americana Dorothy, criou um pacote de medidas com o objetivo de conter a repercussão do fato no exterior e de amenizar o conflito na região em função da grilagem e a destruição da floresta amazônica. As medidas são: 1) Criação da reserva extrativista do Riozinho da Liberdade entre o Acre e o Amazonas; 2) Criação da Floresta Nacional da Balata-Tufari, no Amazonas, e do Anauá, em Roraima; 3) Criação da Estação Ecológica da Terra do Meio, no Pará; 4) Criação do Parque Nacional da Serra do Pardo, no Pará; 5) Criação de um gabinete executivo provisório que auxiliará as ações do governo do Pará. Juntamente com essas medidas, enviou um batalhão militar para prender os criminosos.

Esse conjunto de medidas, tomadas no calor da repercussão do assassinato e por pressões externas, quer demonstrar que o governo não é omissivo e que pode aplicar a lei, punindo os criminosos e impondo a legislação sobre as terras e floresta. Portanto, barrar a campanha dos meios de comunicação de que a região é “terra de ninguém”. A criação da Estação Ecológica da Terra do Meio visa a colocar essa região conflituosa sob o comando do Estado. Mas o problema não se resume à fiscalização estatal. O fato é que o governo não expropriou os fazendeiros, que se apossaram de terras públicas, e as centenas de madeireiras que agem a despeito do Estado. Os grileiros e madeireiros esperam que em pouco tempo os protestos dos camponeses contra os assassinatos diminuam para darem continuidade à valiosa extração da madeira e à posse de terras públicas. E o governo retorne à omissão. O imperialismo norte-americano também tem interesse na região, pelo seu potencial em reservas naturais, em especial a água.

A impotência do governo PT/Lula está em que não toca na essência do problema fundiário e das reservas naturais. O que implicaria enfrentar o poder latifundiário, que conta com a Justiça, polícia, com milícias próprias, com matadores profissionais e com a rede do tráfico de drogas, enraizada internacionalmente.

Na região Norte, na qual faz parte o Pará, a regulamentação do uso das terras, das florestas e das riquezas minerais é um problema constante. Os governos do Pará, de diferentes matizes, não podem eliminar a grilagem, não impedem as madeireiras das ações ilegais, não conseguem pôr fim a corrupção em torno da concessão de documentos de posse, não têm poder para combater o tráfico de drogas e não punem os verdadeiros assassinos de camponeses. Não podem atender a reivindicação dos camponeses de reforma agrária e sequer ter um plano mais amplo de assentamentos de sem-terra. É preciso denunciar o fato do PSDB vir governando o Pará nos últimos anos. E também o PT ter crescido sua influência política na região, ao ponto de dirigir a prefeitura da capital.

As denúncias dos crimes da burguesia contra os camponeses, entre eles os do Pará, são isolados e reduzidos a este

ou aquele burguês. Evita-se que a população trabalhadora compreenda que se trata de crimes da classe capitalista contra a classe camponesa. Lula/PT e Simão Jatene (PSDB- Pará), embora expressem diferenças políticas de como conduzir o Estado, têm em comum o fato de serem administradores dos negócios da burguesia e, por isso, não têm força para combater a fração burguesa latifundiária, que está penetrada no Estado. O máximo que podem fazer é denunciar um ou outro grileiro ou madeireiro e punir com a prisão seus matadores profissionais. Isso por que a missionária fazia um trabalho apoiada na ação do governo federal, era um membro da Comissão Pastoral da Terra e tinha reconhecimento de organismos internacionais. Uma quantidade enorme de assassinos de líderes sindicais e camponeses continuam impunes.

Essa é a demonstração de que somente o proletariado em aliança com o campesinato poderá combater os crimes da burguesia e resolver o problema da terra e da extração de riquezas naturais. A questão fundiária, que arrasta séculos de nossa história, só poderá ser solucionada se se estiver o sob o programa da revolução proletária.

Os assassinatos e chacinas

A violenta apropriação de terras do Estado por parte dos latifundiários e a extração da madeira fizeram do Pará uma região de assassinatos e chacinas de camponeses, sindicalistas e membros da Pastoral da Terra. Dados da CPI da Terra, engavetados no Congresso Nacional, indicam que entre 1964 e 2004 foram exterminados 751 pessoas. De 1984 a 2004, 20 sindicalistas perderam a vida. No período de 1985 a 2001, ocorrem massacres de 96 trabalhadores rurais. Em abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás ocorreu a chacina de 19 integrantes do MST. No governo Lula, de 2003 a 2004, dos 58 assassinatos no campo, 23 foram no Pará. Chama atenção ainda a enorme lista, que inclui sem-terra e lideranças sindicais e religiosas, num total de 65, dos marcados para morrer.

Sabemos que esses dados não revelam toda a violência praticada pelos capitalistas do campo paraense. Há denúncias de trabalhadores assassina-

dos e enterrados em cemitérios clandestinos, sepultados como indigentes ou queimados para não deixar rastro. A tendência é aumentar o número de mortes. O exemplo dos 24 assassinatos em Paraupabas, em menos de dois meses, atesta a violência reacionária dos grandes proprietários para eliminar a resistência dos oprimidos. Logo após o assassinato de Dorothy, foi morto o sindicalista Soares da Costa, presidente do sindicato rural de Paraupabas. No mesmo dia, também foi morto o agricultor Cláudio Dantas Muniz, em Anapu.

O fato é que há total impunidade. Os criminosos da chacina de Eldorado dos Carajás continuam soltos. A prisão dos cabos e soldados, executores dos sem-terra, está sendo contestada na Justiça. Fazendeiros que são identificados e julgados, como é o caso de Vantuir de Paula, condenado a 19 anos por ter exterminado o sindicalista João Canuto de Oliveira, no sul do Pará, permanece solto e ainda é um dos indicados pelo prefeito do município para ocupar o cargo de Secretário de Obras. Do fazendeiro Manoel Cardoso (Nelito) que foi considerado foragido depois de ter assassinado Gabriel Sales. Em Rondon do Pará, o fazendeiro Décio Barroso é o mandante do crime contra José Dutra da Costa, ocorrido em 2001, até hoje sem julgamento. Em Paraupabas, 12 fazendeiros foram acusados de serem os mentores da morte de Onalício Araújo, mas continuam ilesos. Esses exemplos atestam que as leis, que são feitas pela própria burguesia, não são aplicáveis a si mesma. O que evidencia que o Estado, suas leis e a Justiça nada mais são do que a ditadura de classe da minoria sobre a maioria oprimida.

A Justiça é braço do Estado e este é sustentado pela classe capitalista e seus partidos. Portanto, não tem como julgar e punir seus próprios membros. Está aí por que a punição dos burgueses e sua rede de serviços só pode se dar pelas mãos da maioria oprimida. A defesa dos Tribunais Populares é a forma de investigar e punir os assassinos de trabalhadores. Isso por que coloca nas mãos dos explorados a justiça.

A violência do capital

No Pará, formou-se uma rede de pistoleiros e capangas que são pagos para



Os sem terra têm protestado sistematicamente contra a impunidade dos assassinos de suas lideranças

perseguir, ameaçar e assassinar os que resistem às ordens e as leis ditadas pelos fazendeiros, grileiros e madeireiros. O valor do crime depende da posição que ocupa a vítima. Ou seja, a morte de um sindicalista pode custar R\$2.000,00 e de uma missionária como Dorothy pode valer até R\$50.000,00. Os executores recebem o "serviço" de um "capataz" e, na maioria das vezes, nem conhecem os mandantes. O contrato implica o valor e, em casos de prisão, as promessas de que os advogados cuidarão da soltura. A proteção da Justiça, comprada pelos latifundiários, é parte dos negócios da capangagem.

Paraupabas, Rondon do Pará, Marabá, Rio Maria, Eldorado dos Carajás, Conceição do Araguaia, Novo Progresso e Anapu são algumas das cidades paraenses onde os matadores circulam à luz do dia. A população os conhece pelos crimes cometidos e sabem para que prestam serviços. A morte da religiosa Dorothy já havia sido anunciada e mesmo recorrendo às autoridades governamentais para denunciar as ameaças não foi poupada pelos jagunços do grileiro Vitalmiro Bastos de Moura, que, por sua vez, estava pondo em prática a decisão de um coletivo de fazendeiros e madeireiros da região.

O sistema capitalista, além de explorar a maioria trabalhadora, chega ao ponto de mutilar físico-mental uma parcela dos oprimidos, usando-a como exe-

cutores de seus crimes de classe. Os jagunços, capatazes, matadores profissionais e grupos para-militares são formados por elementos das camadas pobres e expressam a decomposição da sociedade capitalista. São contratados por migalhas para fazerem o serviço que a burguesia não quer fazer com suas próprias mãos.

Fracassa a promessa de milhares de assentamentos

O governo do PT/Lula prometeu ao MST assentar 400 mil camponeses sem-terra. Segundo o governo, em 2003, disse que assentaria 60 mil famílias, mas só fez 36.308. De janeiro a dezembro de 2004, a meta era 115 mil, alcançou 81.254 famílias. Esses números são contestados pelo movimento camponês, que diz que não passam de 40 mil. As dificuldades para o cumprimento da promessa são muitas, vão da compra das terras à burocracia da desapropriação legal. Ainda se o proprietário contestar na Justiça, o processo se arrasta por muito tempo. A política de assentamento requer a compra da terra, que é superfaturada, paga com títulos da Dívida Agrária e as benfeitorias com dinheiro à vista. Só em 2004, o governo usou 1 bilhão de reais para a aquisição de terras. Isso para assentar 40 mil famílias em lotes comprados dos fazendeiros/especuladores. Por outro lado, o governo só assenta os sem-terra por

pressão do movimento social.

A política de assentamento, que vem de governos anteriores, principalmente de FHC, é chamada indevidamente de reforma agrária. Não há uma ampla distribuição de terras, que as coloquem sob o controle da maioria da população do campo em detrimento do poder latifundiário.

A demora no cumprimento dos assentamentos obriga o MST a ocupar terras. O "Abril vermelho" resultou num grande número de ocupações, que visavam a apressar os assentamentos. Nesse dois anos de governo Lula, o movimento sem-terra ocupou 538 fazendas, recuando em cada situação de intervenção do Estado em favor dos proprietários, não obtendo assim a reivindicação de desapropriação/assentamentos. Cresceram as ocupações no governo Lula, mas não o atendimento das exigências dos sem-terra.

A região paraense é um dos focos de ocupação. A criação dos assentamentos por meio do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que atendem aos objetivos ambientalistas, do qual fazia parte a missionária Dorothy, contrariava os interesses dos fazendeiros e madeireiros, que vivem às custas da expulsão dos camponeses para expandir seus negócios. Os exploradores tinham e têm a avaliação de que a via de quebrar a resistência dos camponeses é a do terror. A eliminação de lideranças e dos camponeses mais avançados serve para mostrar a força do poder econômico, que pode praticar impunemente o terrorismo dos opressores contra os oprimidos.

O governo, diante do choque entre camponeses sem-terra, posseiros e indígenas, procura amenizar a luta de classe implantando projetos de assentamentos, como o PDS. Apesar dos exploradores terem livre trânsito nas terras do Estado, praticando amplamente a grilagem, não podem aceitar qualquer tipo de limitação a seu expansionismo.

A penetração do capitalismo no Pará vem tardiamente e expressa o desenvolvimento desigual e combinado do país



A luta de classes no campo tende a se agravar

semicolonial. A burguesia não tem como resolver a tarefa democrática da reforma agrária e proteção do pequeno e médio camponês. O Pará é um estado em que as terras pertencem ao governo, justamente pela tardia penetração da exploração capitalista da floresta e das terras. Não há necessidade de expropriar aquilo que já é do Estado para entregar as terras aos pobres do campo. É o contrário o que ocorre. É o poder burguês, sob a forma do capital agro-industrial e comercial, que confisca as terras do Estado, expulsa pela força os posseiros e impede que os camponeses migrantes tenham acesso à terra.

O governo, a Justiça, o Parlamento e a polícia sabem quem são os grileiros, os predadores das riquezas naturais, os contrabandistas de madeiras, minérios etc e quem arma os jagunços contra os camponeses indefesos. As coisas se passam dessa maneira porque refletem as leis de funcionamento do capitalismo, que são as da concentração de capital e propriedade. A violência de classe da burguesia latifundiária e a proteção do Estado, legal ou ilegalmente (corrupção) é consequência do acúmulo de capital e a necessidade dele se expandir na forma monopolista da propriedade da terra. A vida dos trabalhadores tem importância para a burguesia enquanto força de trabalho a ser explorada. Fora dessa lei, não vale nada.

Tribunais Populares

O governo Lula mobilizou a polícia federal e o exército para demonstrar que no país "há lei". Rapidamente, os jagun-

ços foram presos e um dos fazendeiros mandantes identificado. É uma demonstração de que, quando o Estado quer, os matadores de camponeses e lideranças são revelados. A prática geral tem sido a de desconhecer a maioria dos assassinatos e aqueles identificados receberem as bênçãos da Justiça. No caso da Dorothy, o Presidente Lula tomou para si a tarefa de desvendar o crime. Essa demonstração, no entanto, está longe de uma ação

contra o poder dos latifundiários de organizar suas milícias, contratar jagunços e resolver o conflito da terra por meio das matanças.

A população trabalhadora e oprimida exige do governo que puna os latifundiários e seus jagunços. Mas não guarda nenhuma ilusão de que o Estado atuará em favor dos camponeses contra os fazendeiros. A exigência de punição serve justamente para demonstrar que os matadores não sofrerão as consequências devidas. Toda vez que fazendeiros mandam fuzilar camponeses e lideranças, a burguesia joga culpa nos pobres do campo por ameaçarem suas propriedades. Nos casos mais notórios, como o da Dorothy, não só acusam a vítima como isolam o fato, considerando-o um lamentável acontecimento provocado por grileiro irresponsável. A burguesia como classe e sua fração latifundiária em particular se escondem por trás dos crimes. A proteção dada pela Justiça aos fazendeiros matadores demonstra que os crimes não se circunscrevem a ações individuais, mas se tratam de crimes de classe, produtos da luta de classe. Está aí por que os tribunais da burguesia não vão punir esses crimes.

A resposta dos oprimidos deve ser outra. Unir a classe operária e os camponeses em um movimento de combate aos crimes de classe da burguesia. Os explorados têm de organizar um Tribunal próprio e independente do Estado para julgar os crimes de classe. Trata-se de um Tribunal Popular sob o controle de quem trabalha e sofre as consequências da violência do capitalismo.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário ao congresso do Andes Congresso do ANDES-SN deve se opor à ruptura com a CUT!

O 24 Congresso do ANDES-SN tem a responsabilidade de impedir que se concretize um grave ataque à unidade das classes trabalhadoras do país. A decisão deste Congresso poderá variar a posição aventureira, proposta por alguns setores, de fracionamento da CUT, deixando a maior parte dos sindicatos sob o controle da burocracia petista/pecedobista.

No debate sobre a desfiliação dos sindicatos da CUT, que tem ocorrido na Conlutas, destacam-se três argumentos:

1 Está havendo uma ruptura das massas com a direção petista/pecedobista na CUT.

2 Há impossibilidade de se fazer um trabalho de oposição dentro da CUT.

3 A CUT foi estatizada.

Com relação ao primeiro argumento, não se pode confundir o descontentamento de uma camada com a burocracia petista/pecedobista com o fenômeno de ruptura das massas. Os exemplos apresentados são insuficientes: passeatas organizadas pelas entidades em Brasília e greve do funcionalismo e bancários. Em contrapartida, vemos, sem muito esforço, quantos setores estratégicos do operariado e do campesinato continuam sob o comando da burocracia governista ou continuam iludidos com o governo Lula. Na verdade, é uma parte da vanguarda que quer a ruptura, a mesma que tradicionalmente tem colaborado e composto com a Articulação/PT em diversos sindicatos, e chamado o voto em Lula, ajudando a iludir as massas com a perspectiva reformista de um governo dos trabalhadores.

Quanto à impossibilidade de se fazer oposição dentro da CUT, certamente não tem sustentação prática. Onde quer que as massas assalariadas se enfrentem com a opressão capitalista, está colocada a possibilidade de sua organização revolucionária, quer dizer, de se potencializar mediante as lutas pelas reivindicações para se colocar pelo programa de destruição do capitalismo e pelo socialismo. E por mais burocratizada que a Central esteja é possível e, mais do que isso, é obrigatório, desenvolver o combate junto às

massas constituindo uma fração revolucionária para separá-las da direção pró-burguesa. O descontentamento crescente dos trabalhadores com o governo pró-imperialista de Lula facilitará o trabalho de se construir uma oposição revolucionária dentro dos sindicatos e como reflexo na CUT. Afirmar que é impossível fazer um trabalho de oposição dentro da CUT é uma premissa (falsa) para se justificar a conclusão (falsa) de que é necessário construir uma outra Central.

A estatização dos sindicatos e da CUT perde sua força como argumento na medida em que se trata de um fenômeno geral, próprio da fase imperialista do capitalismo. A CUT foi sendo burocratizada gradativamente pelo predomínio que o PT sempre teve na sua direção. Sua integração ao Estado acompanhou os passos deste partido no processo de se credenciar como confiável ao capital para gerenciar a sua crise. A colocação de que a "... CUT saía da trilha classista, combativa e independente durante a década de 1990..." acoberta a orientação reformista que a CUT sempre seguiu sob comando do PT e das correntes adaptadas a ele. A CUT nunca pôde ser consequentemente "classista", na medida em que não formulou um programa revolucionário, sempre esteve voltada a adaptar o movimento das massas ao Parlamento. Acusá-la de ter "saído da trilha classista" é uma manipulação da realidade para justificar a necessidade de se criar uma outra Central.

A tarefa colocada é a de organizar uma fração revolucionária no interior dos sindicatos e da CUT, que apóie no programa da revolução proletária, desenvolva os métodos próprios dos explorados e lute pela democracia e independência sindicais. É preciso ajudar amplas camadas oprimidas, que ainda estão iludidas com o governo Lula e não vêem a burocracia como traidora, a esgotarem as suas ilusões e se colocarem no terreno da independência de classe. Essa tarefa se tornará mais difícil se a vanguarda abandonar a Central e deixar

os setores estratégicos sob influência da burocracia lulista.

Conlutas

O 24 Congresso do ANDES SN deve rechaçar a proposta de ruptura com a CUT e se colocar pela estruturação de uma frente revolucionária dos que lutam contra o governo e a burguesia. Essa frente deve se posicionar por: 1) combater as reformas antinacionais e antipopulares por meio da denúncia e da ação direta; 2) defender uma plataforma de reivindicações elementares (salário e emprego); 3) apoiar a luta dos camponeses pela terra com a bandeira de fim dos latifúndios e controle dos trabalhadores agrários sobre a terra; 4) exigir que o governo cumpra suas promessas para desmascará-lo perante os oprimidos; 5) levar para os trabalhadores e a juventude as bandeiras antiimperialistas; 6) defender a independência da CUT frente ao Estado e ao governo; 7) trabalhar pela implantação da democracia operária nos sindicatos, Central e movimentos sociais.

É sobre esses pontos que se deve constituir a Conlutas. Ela deve ser uma frente de combate antiburocrática e antigovernamental. Não deve ser um instrumento para fraturar a CUT. Se se subordinar a Conlutas ao objetivo de construir outra Central, fracassará inevitavelmente enquanto frente, dando apenas lugar a outra burocracia ultraminoritária.

Cabe ao Congresso do ANDES SN impedir que esta aventura ultra-esquerdista se concretize.

Que o Congresso aprove: 1) participar da Conlutas como uma frente única de ação contra a burocracia e o governo; 2) Rechaçar a proposta de ruptura com a CUT; 3) Atuar para constituir uma fração revolucionária nos sindicatos e na CUT; 4) Aprovar um plano de mobilização dos trabalhadores e que impulse uma frente única.

Partido Operário Revolucionário - POR
Corrente Proletária da Educação

Congresso do Andes aprova desfiliação da CUT

O XXIV congresso do Andes, realizado em Curitiba, será lembrado como o congresso de divisão do sindicato. Esta é o resultado da decisão de desfiliação da CUT, aprovado em 2 de março de 2005. Foram 192 votos favoráveis à desfiliação; 85 votos contra e 12 abstenções. Esse resultado, por si só, indica ser todo o palavreado esquerdista do PSTU e aliados uma falácia quanto à “ruptura das massas com a CUT”. Nem mesmo entre as vanguardas – ou seja, as seções sindicais do ANDES – se verifica uma maioria esmagadora se posicionando pela ruptura.

O sindicato que se gabava politizado e “classista”, baseou a sua decisão de romper com a Central em argumentos do sindicalismo corporativo. Durante os debates nos grupos, evidenciou-se a degradação do nível político da direção majoritária, que resumiam finalmente a defesa da ruptura ao fato da “CUT não nos representar”, logo, formemos uma Central que nos represente. Completando este quadro de degradação política, a direção majoritária distribuiu durante o congresso um comunicado censurando o posicionamento de uma diretora do sindicato contrária à desfiliação, numa atitude francamente estalinista.

As referências à postura da CUT, durante o processo da reforma da Previdência, eram todas de que não nos apoiou. Além disso, ressuscitaram os esqueletos de dez ou doze anos atrás, listando toda a trajetória de traições e burocratização da Central. Cabe se perguntar: se eram conscientes desse processo, porque só agora se coloca a ruptura? Certamente, o PSTU dirá que só agora as condições para tal se reuniram, com a chegada do PT no poder do Estado e a estatização da CUT. Formalmente, a resposta parece correta. Mas se olharmos do ponto de vista histórico, veremos que os sindicatos e as Centrais, em qualquer parte do mundo, dirigidos pela burocracia, conduzem à estatização. O maior ou menor grau depende da luta de classes. Em nosso caso, a CUT vem sendo estatizada desde há muito. O que esteve e

está colocado é a luta para derrotar a burocracia defendendo a independência e democracia sindicais, um programa revolucionário e praticando o método da ação direta. O maior grau de estatização não deve ser utilizado como argumento para a divisão da Central quando a burocracia mantém o controle da maior parte dos sindicatos a ela filiados.

A posição envergonhada de alguns setores (PSOL), que dizem defender a ruptura, mas são contrários à constituição de uma nova Central a partir da CONLUTAS, atesta apenas que, além da covardia em formular claramente o objetivo da ruptura, escondem cálculos eleitorais e alianças subterrâneas para as próximas eleições. Igualmente deverão ser responsabilizados pela decisão de colocar uma divisão que poderá no seu desenvolvimento debilitar o Andes e até mesmo liquidá-lo. Inevitavelmente, serão forçados a compor a nova Central minoritária com o PSTU, sindicatos e federações dirigidos por burocratas direitistas. O que demonstrará o artificialismo aparelhista da cisão com a CUT.

A decisão do congresso atenta contra o princípio essencial de existência dos sindicatos, o princípio da unidade organizativa dos trabalhadores. O sindicato, mesmo o mais burocratizado, não deixa por isso de ser o espaço de organização da unidade da classe em sua luta para se defender do capital. O problema é que a burocracia é quem divide a unidade dos trabalhadores com o corporativismo sindical, a transmissão da política burguesa e eliminação da democracia operária. Porém, as contradições levam os explorados a se chocarem com o aparato burocrático e a política da direção pró-colaboracionista. A tarefa revolucionária é a de atuar no seio dos trabalhadores para alcançar a unidade do movimento, para este passar por cima dos burocratas e varrê-los de sua direção.

A experiência internacional, em nossa época de domínio imperialista, evidencia a inevitável estatização das Centrais e sindicatos sob a direção do re-

formismo e do direitismo. Mas, nem por isso, pode-se admitir que para enfrentar a opressão do capital e seu Estado se deva dividir a central burocratizada e construir uma nova concebendo sindicatos “puros” centralizados por ela. Pelo contrário, ao se romper com a Central porque esta “não nos representa” está se apontando para que as seções sindicais (ADS) façam o mesmo com o próprio ANDES - que de fato já é uma quase-federação. O que impediria uma seção sindical que considera não ter se esgotado as possibilidades de combate dentro da CUT romper com o ANDES porque esta resolveu sair da CUT? Se o próprio congresso do ANDES consagra o princípio de se organizar apenas com os que pensam igual, as seções sindicais poderão colocar esse princípio em prática. Sem falar no processo de constituição do Pro-ifes patrocinado pelo Palácio do Planalto que deverá ganhar mais força depois desta decisão.

O argumento subjetivista de que a ruptura do ANDES será um exemplo para a classe trabalhadora também romper com a CUT lembra a postura foquista, segundo a qual bastava uma minoria dar o exemplo para que as massas a seguissem.

O Andes poderia jogar um importante papel, juntamente com outros sindicatos dirigidos pela esquerda, contra a burocracia cutista, organizando em seu interior um movimento oposicionista e frentista. Com a decisão de desfiliação da CUT, abandona-se o campo de luta contra a burocracia e se lança na aventura de construção de uma nova Central.

O Partido Operário Revolucionário atuou no Congresso da Andes defendendo que a Conlutas seja uma frente de luta e contrapondo-se à posição de ruptura com a CUT.

O movimento docente tem agora a tarefa de fazer um balanço desta decisão desastrosa e corrigir o rumo aventureiro traçado pela direção atual do sindicato aprovada no XXIV Congresso de Curitiba.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Resposta à Carta Aberta do PSTU à esquerda cutista

A direção nacional do PSTU publicou uma Carta Aberta dirigida às correntes de esquerda que não se colocaram pela ruptura com a CUT. A Carta começa com o chamado de que é “necessário e urgente impulsionar uma luta concreta e unificada contra a reforma Sindical/trabalhista.”

O Partido Operário Revolucionário (POR) responde ao PSTU: Estamos de acordo com esse chamado.

A Carta também diz: “A Conlutas é uma frente única organizada pelos setores combativos para lutar contra as reformas do governo Lula”. Respondemos: estamos de acordo e trabalharemos organizadamente com as correntes que se coloquem por uma frente única de reivindicação das massas, de luta contra o governo PT/Lula e que se apóie no método da ação direta.

Como se vê, respondemos positivamente a esses dois pontos da Carta do PSTU. Mas ocorre que há um outro chamado: “portanto, junto com o chamado à unidade, conclamamos os companheiros a romper com a CUT e a integrarem conosco a Coordenação Nacional de Lutas. Aqui reside todo o problema da “Carta Aberta à Esquerda Cutista”.

De fato, o chamado que acompanha o título da Carta – UNIFICAR AS LUTAS PARA DERROTAR AS REFORMAS DO GOVERNO LULA – não é o fundamental. O principal do chamado é o da ruptura com a CUT. Ao colocar esse objetivo, o PSTU impossibilita a frente única. Uma frente única de ruptura com a CUT não é uma frente única de todos que concordam em combater pela via da mobilização e organização independentes a reforma sindical/trabalhista. Uma vez vinculado o chamado a derrotar as reformas do governo Lula com o da ruptura com a CUT e formação de uma nova Central – aliás, omitida na Carta – o PSTU condiciona a frente a um objetivo particular seu e de correntes ultra-esquerdistas.

A Carta, portanto, não faz um honesto chamado a uma frente única de todos que rechaçam as reformas pró-patronais e pró-imperialistas do governo. A frente que propõe é particular àqueles que se dispõem a impulsionar a aventura ultra-esquerdista de romper com a CUT. Nota-se que a conclamação de ruptura com a CUT é acompanhada do chamado à integração na Coordenação Nacional de Lutas. Há um vínculo entre a posição de ruptura e à participação na Coordenação. E as correntes que não estão de acordo com a divisão da CUT? Pela posição da Carta não poderão ser membro da Coordenação e lutar no seu interior contra a ruptura. Ora, a frente proposta não é a de combate às medidas do governo mas sim uma frente de ruptura com a CUT.

O PSTU usa o chamado de unificação das lutas para derrotar as reformas do governo Lula como uma manobra para constituir um aparato de ruptura com a CUT. Por isso, não vemos sinceridade nessa Carta. Mas, continuemos demonstrando isso e a falácia dos argumentos de que a Conlutas é uma frente única.

Retomemos ao chamado da unidade. Diz: “queremos convidá-los para uma luta conjunta contra a reforma”. “Não existe justificativa para não lutar unificadamente uma batalha que vocês sabem que é justa e também difícil”. Colocação essa correta. Mas, em seguida, completa: “Ao mesmo tempo, alertamos aos companheiros que não é possível uma luta coerente contra as reformas por dentro da CUT. A Central coloca todo o seu aparato a

favor das reformas do governo. Impulsionar uma luta concreta contra a reforma, portanto, pressupõe romper com a CUT”. Exemplifica, para fundamentar essa colocação, que “todas as mobilizações contra as reformas se deram por fora da Central”.

Se a direção do PSTU não estivesse obcecada pela ruptura com a CUT, logo veria que as mobilizações realizadas pela Conlutas é a prova de que é possível uma frente única de combate sem que se coloque a divisão da CUT. Participaram nessas mobilizações correntes que não estão pela ruptura, como o caso do POR.

O PSTU estabeleceu uma relação mecânica entre as mobilizações - diga-se de passagem, foram restritas devido a capacidade da burocracia dos sindicatos, da CUT e da UNE bloquear a ação da maioria - e a ruptura com a CUT. Se a burocracia está apoiando as reformas e impede que os trabalhadores se levantem contra ela, o dever revolucionário é o de denunciar a política traidora e organizar a frente única de todos os combatentes em contraposição não só ao governo como à burocracia sindical que lhe serve de correia de transmissão no interior das organizações operárias. Essa ação independente não implica dividir a Central. E nem a ruptura com a Central é uma condição para se organizar a frente única de ação direta.

A tarefa é de colocar uma cunha entre a direção da CUT e os trabalhadores. Ocorre que o PSTU é uma corrente que se desenvolve vinculada aos aparatos sindicais e que via de regra não utilizou sua força para compor uma frente de ação contra a burocracia. Esteve quase sempre voltado para compor com as alas mais à esquerda do reformismo, ligadas ao PT.

A reforma sindical prevê a diminuição do espaço para o embate aparelhista, espaço este que já se encontrava fechado com medidas burocráticas e a política de estatização dos sindicatos pela direção da CUT. O PSTU procura uma saída por meio da constituição de um novo aparato. A burocracia não será golpeada por essa via. E o PSTU será responsabilizado pela aventura ultra-esquerdista.

O argumento de que somente com a ruptura “é possível disputar a base da CUT, não se submetendo à política da direção da Central...” não tem a ver com a realidade e serve para obscurer o objetivo divisionista. O trabalho revolucionário no interior dos sindicatos e de qualquer Central sempre estará em contraposição à direção burocrática estatizante. Não depende da burocracia ser mais ou menos democrática, da Central estar mais ou menos estatizada. É decisiva a relação que a Central tem com os sindicatos. A burocracia da CUT controla a maioria deles e os mais importantes. E continuará controlando depois da divisão promovida pela Conlutas, que será ultra-minoritária. Notamos que tal caracterização não tem importância na ordem dos argumentos do PSTU. No entanto, para o trabalho dos marxistas no interior dos sindicatos e destes com a Central essa caracterização é decisiva.

Temos defendido a constituição de uma fração revolucionária no interior dos sindicatos e da CUT. Uma frente única de combate ao governo e à burocracia ajudaria enormemente a tarefa de formar uma direção revolucionária para os organismos dos trabalhadores. Nós do POR travamos essa luta no interior da Conlutas para demover o PSTU desse erro e para que se organize uma verdadeira frente única de ação.

Onde chegou o PT em seus vinte e cinco anos?

Os vinte e cinco anos de existência do PT não puderam ser comemorados por seus dirigentes com fogos e artifícios. A política de seu governo e a situação do partido não animam nem mesmo os mais aguerridos defensores de que o PT está cumprindo seu dever com os trabalhadores e que os percalços iniciais de Lula estão ficando para trás.

A disputa entre Greenhalgh e Virgílio, ambos do PT, para a presidência da Câmara, obscureceram o brilho dos 25 anos.

O PT passou a ter como tradição expulsar correntes e militantes que resistiram ao curso de sua adaptação à política e interesse do grande capital. Mas baixou a crista repressivo-burocrática perante o parlamentar mineiro, que desafiou, manobrou, aliou-se a oposição e desmoralizou não só a bancada que indicou Greenhalgh mas também a direção petista.

Ainda no "calor" da mirrada comemoração dos 25 anos, que se ateve à burocracia do partido, veio a vitória do malufista (PP) Severino Calvacanti. Foi uma derrota degradante de Greenhalgh que jogou com todas as cartas, como as de aceno amigável à bancada ruralista (latifundiária) e promessa de aumento dos salários dos parlamentares. Mas o governo não considerou um desastre, afinal, o malufista faz parte da base aliada do governo. Essa foi também a interpretação do estalinista Aldo Rebelo (PCdoB), ministro da Articulação Política do governo. Enfim malufistas e petistas estão aliados na condução do governo Lula. Basta que se entregue mais algum Ministério ao PP e se adule o novo presidente da Câmara para que o governo possa continuar com suas medidas talhadas de acordo com os moldes traçados pelos banqueiros e as agências internacionais (FMI\Bird).

Nesse mesmo contexto dos 25 anos, o governo Lula se encontrava e se encontra acossado pelas seguintes frentes de pressões da burguesia: movimento liderado pela FIESP contra o aumento de impostos para os serviços; contestação do capital industrial à alta carga tributária e juros; campanha dos empresários do ensino para limitar a reforma da educação

ao ProUni e retomada do caso de corrupção do Valdomiro, membro do governo e amigo do Ministro José Dirceu.

Não bastou o governo ter aprovado o projeto das Parcerias Público-Privada e a Lei de Falências, ambos exigidos pelo grande capital, para amenizar a investida de setores burgueses contra o governo acuado e incapaz de responder aos ataques.

O governo do PT se transformou em um brinquedo das frações capitalistas que controlam os partidos, o parlamento e, enfim, do real poder do Estado.

Falar dos 25 anos do PT é dizer como e a serviço de quem governa.

Governa submetido ao PMDB, PP, PL com os quais forma coalizão. E, sobretudo, governa sob a batuta do FMI.

E a serviço de quem governa? Dos explorados ou dos exploradores?

O PT, a partir do momento que começou a ganhar prefeituras e governos, passou a dizer que governava para todos. Uma máscara para sua verdadeira identidade. O PT governa em função dos interesses gerais da burguesia. O governo Lula tem a particularidade de expressar em primeiro plano os interesses do capital financeiro interno e externo.

José Genoino repisa, em seu artigo "A tradição e a renovação do PT", que seu partido, nestes 25 anos de existência, "conseguiu construir uma tradição partidária ao mesmo tempo em que soube imprimir as renovações necessárias para enfrentar as novas circunstâncias e as novas exigências do tempo".

Que tradições são essa?

Vejamos as aludidas: 1. "participação nas lutas sociais e democráticas"; 2. "o ativismo militante"; 3. "unidade e a disciplina"; 4. "símbolos do partido". Segundo o presidente do PT, esse conjunto faz dele um partido de esquerda.

O PT se apoiou nos movimentos sociais para ganhar força e constituir um governo refém do grande capital. Prometeu 10 milhões de emprego, dobrar o salário mínimo, três refeições ao dia a todo brasileiro, reforma agrária e proteção à juventude. Esse programa básico é completamente esquecido e negado pela política econômica antinacional e antipopular. Nem mesmo o Programa Fome Zero, Meu Primeiro Emprego e

outros assistencialismos puderam mascarar as promessas mentirosas de tão mirradas e fraudulentos que são.

O PT estruturou uma burocracia sindical que colabora com a aplicação da "flexibilização do trabalho", que negocia programas de demissão e redução dos salários, a exemplo da Volks, Ford etc, que elimina a democracia sindical e que aproxima sua política com a da direitista Força Sindical, fortalecendo-a. A CUT foi transformada em um aparelho de burocratas petistas. Em relação aos camponeses, cresceram os assassinatos de lideranças e ativistas do movimento; e os assentamentos prometidos não vieram, ficando aquém do governo FHC.

Qual então a relação com os movimentos sociais?

O PT e sua burocracia sindical manipulou, mentiu e usou a confiança dos explorados para chegar ao poder do estado e governar a serviço dos banqueiros, multinacionais, grandes comerciantes e latifundiários.

A segunda tradição é do "ativismo militante". Inicialmente, o PT esteve ligado à retomada das lutas sindicais. Campanhas salariais e greves eram encabeçados por ativistas sindicais, que em sua maioria se transformou na atual burocracia adaptada ao Estado e ao patronato. A posição majoritária do PT separava nitidamente a ação sindical da ação política (partidária). Mas no fundo colocava a ação sindical a serviço da política de adaptação do PT ao Estado. Com essa política e prática, limitava a luta sindical ao corporativismo. O PT foi esquivado por sua direção da luta de classe. Constituiu-se em um partido da ordem democrática burguesa, um instrumento para concorrer nas eleições, formar bancadas parlamentares e dirigir as unidades do Estado. O "ativismo militante" não foi além das campanhas eleitorais, ou melhor dizendo, uma multidão de cabos eleitorais que, diferentemente dos outros partidos da burguesia, prestavam serviços gratuitos. Hoje, o PT vê escassear essa mão de obra voluntária e iludida com o reformismo.

Finalmente a "unidade e disciplina" – deixamos de lado os símbolos. A trajetória do PT está marcada pela ex-

pulsão de correntes de esquerda. Expulsou arrivistas como Airton Soares e Beth Mendes, mas tanto Lula quanto Genoino se dizem arrependidos e pediram que voltem ao partido. As últimas expulsões foram de parlamentares reformistas de esquerda que ousaram contrariar as determinações do governo de votar as medidas neoliberais e que criticaram sua aproximação com representantes da oligarquia. Dessa expulsão, foi constituído um novo partido: o PSol. A candidatura de Virgílio em oposição a de Greenhalgh foi uma indisciplina aceita. Ajudou a vencer o representante malufista. Os parlamentares de esquerda são expulsos e os agentes dos adversários são poupados. Essa é a unidade e disciplina do PT.

Vejamos um último aspecto sobre os 25 anos do PT. Na sua origem – e esta é a verdadeira origem do PT –, o partido anunciou a tarefa de democratizar o Estado e derrotar a oligarquia. Até pou-

co tempo, falava em termos de ruptura com o poder econômico dominante e implantação de uma política de proteção aos pequenos e médios “produtores”, prioridade à indústria de bens de consumo, fortalecimento do mercado interno, redistribuição de renda, reforma agrária e geração de emprego.

O que restou desse programa reformista, portanto adaptado ao capitalismo?

Quanto à democratização do Estado, o PT ajudou a reabilitar o oligarca José Sarney, aproximou-se do coronelismo modernizado (Antonio Carlos de Magalhães), pôs no governo o maior representante da indústria têxtil, estabeleceu laços com o partido dos evangélicos (PL), trouxe ao governo os malufistas e aceitou que o capital financeiro nomeasse o presidente do Banco Central. Todas as bandalheiras políticas dos partidos da burguesia e do poder oligárquico foram assimilados pelo PT, como compra de votos,

chantagens, acordos espúrios etc. A tal da democratização do Estado, de formação de um governo democrático e popular, de cidadania e ética se dissolveu num primeiro contato com o real poder do Estado.

Vejam como o PT se comportou diante da abertura dos arquivos da ditadura militar. Abafou o quanto pôde, colocou-se por debaixo do poder militar e passou a ser tributário dos crimes do regime militar, do qual o PT tanto reclamou quando não era governo.

O PT chega aos seu 25 anos como um capacho do grande capital e inimigo do explorados, pobres e oprimidos pelo capitalismo.

A tarefa é combatê-lo como um instrumento da ditadura de classe da burguesia contra a maioria oprimida. Está colocado para os trabalhadores e a juventude superarem as ilusões no reformismo e porem em pé o partido operário revolucionário - o partido da revolução e ditadura proletárias.

O ENADE é mais um passo na reforma neoliberal da educação

O governo federal Lula (PT) implantou a avaliação das instituições de ensino superior (IES) públicas do país, denominada Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). A avaliação será imposta aos alunos do primeiro e último períodos a cada, no máximo, 3 anos.

Através do ENADE, o governo afirma que avaliará as condições das IES. Seu intuito anunciado na Lei é garantir um ensino democrático e autônomo. Porém, o texto da Lei demonstra seu conteúdo real.

Diz defender autonomia universitária mas impõe uma avaliação externa, elaborada pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), formado por pessoas que não convivem na comunidade universitária. Diz defender os valores democráticos, mas, dos 13 membros (número do PT) integrantes do CONAES, dez são representantes diretos do Governo.

Além disso, que autonomia é essa se não é permitida às universidades escolherem se querem ou não participar do

ENADE? O Governo impõe aos dirigentes das faculdades a inscrição dos alunos, ameaçando-os de perda do cargo e até processo penal, caso se recusem. Essa punição fere tanto a autonomia das universidades como ao processo de escolha de seus dirigentes.

Outro ataque à autonomia da IES é o fato das faculdades que não tiverem bom desempenho na avaliação institucional poderem ter seus diplomas descredenciados (ou não reconhecidos) ou até o fechamento do curso ao ser impedido o oferecimento de novas vagas no vestibular. O governo Lula (PT) percebe o sentido de autonomia da mesma forma do governo FHC, ou seja, tutelado pelo Estado e governo capitalistas. O intuito real do Governo é fechar cursos e diminuir a quantidade de universidades públicas. O mesmo objetivo do governo anterior de FHC.

O ENADE é semelhante ao provão de FHC. O que o diferencia é a realização por amostragem (onde se escolherá aleatoriamente os nomes que participarão) e

o registro no diploma do estudante do resultado obtido (que será carregado por toda sua vida acadêmica e profissional). O ENADE, portanto, é punitivo.

Os problemas existente nas universidades devem ser debatidos crítica e autocriticamente pelos que estudam e trabalham (professores, estudantes e funcionários). Os que compõem a universidade sabem sobre os seus problemas e terão o interesse de buscar a melhor solução. O papel do Governo deve ser o de financiar a educação pública e o poder de determinação dos rumos das universidades deverá ser único e exclusivo dos que estudam e trabalham (com maioria estudantil). A real autonomia universitária só pode se dar em oposição à ingerência dos capitalistas e seus governos sobre ela.

O governo Lula (PT) implanta com muito mais eficácia o programa neoliberal do que FHC, por ter em suas mãos as direções dos movimentos sociais que impedem a reação aos ataques do governo aos trabalhadores.

Na reunião convocada pelo CA de letras da PUC para discutir o Conlute, a Corrente Proletária da Educação distribuiu o texto abaixo, defendendo que o Conlute constitua uma frente única de ação e rejeitando o chamado do PSTU de rompimento com a UNE.

Travar a luta contra a burocracia da UNE nas bases até os congressos

A Coordenação Nacional de Lutas Estudantis (CONLUTE) surge no momento em que se discute a Reforma Universitária do governo PT/Lula, que tem um caráter privatista.

Enquanto um pólo de lutas, já participou de importantes acontecimentos, como a marcha que ocorreu em Brasília em novembro de 2004 e já promoveu alguns encontros nacionais. Acontece que hoje algumas correntes colocam que chegou o momento da CONLUTE romper com a UNE/UBES e formar uma nova entidade estudantil.

A primeira caracterização que fazemos é o papel da UNE. Burocratizada e pró-governista, devido a sua direção majoritária, que é dos estalinistas da UJS/PCdoB, a entidade não promove uma luta contra a Reforma Universitária e o conjunto de reformas neoliberais, e comparece como um de seus aliados, um cão domesticado. É preciso ter claro, não confundindo a entidade com a sua direção, que a UNE representa um número muito grande de estudantes. Por isso, o papel que sua direção cumpre trava a luta não só contra a reforma em questão, mas também de todas reivindicações estudantis e dos trabalhadores.

A segunda caracterização é a relação que a base estudantil tem com a direção da UNE. Apesar dos estudantes não terem um vínculo orgânico com a entidade, como acontece nos sindicatos, a não politização da base fortalece a burocracia. O fato de em todos congressos a UJS/PCdoB conseguir levar um grande número de estudantes, para votarem em suas teses contrárias ao programa classista e a união dos estudantes com os trabalhadores.

Por esses motivos compreendemos como um erro a CONLUTE, que é um pólo de lutas embrionário no seio do movi-

mento estudantil, romper com a UNE para criar um novo aparato. Essa posição não enfraquece a burocracia, ao contrário, a fortalece. Com a saída de um setor radicalizado, a grande base estudantil continuará presa à direção da entidade, adotando sua política pró-governista, cada vez mais se adaptando ao Estado e assimilando a burocracia. Acreditar que, com a criação de um outro aparato um amplo setor dos estudantes abandonará a UNE, devido sua burocratização, é uma análise subjetiva. Devemos lutar pela independência de classe das entidades com relação ao Estado e pela democratização. É preciso criar uma fração que combata a burocracia com um trabalho de politização da base dentro da entidade.

Nós, da Corrente Proletária Estudantil, defendemos a formação da CONLUTE como um pólo de lutas que cumpra o seguinte papel:

- Rejeitar a Reforma Universitária proposta pelo governo PT/Lula e seu conjunto de reformas neoliberais;
- Defender o sistema de ensino público, gratuito e para todos, vinculado à produção social e controlado por quem trabalha e estuda;
- Lutar pela estatização do ensino privado e colocar toda educação sob o controle de quem estuda e trabalha;
- Lutar pelo fim do vestibular e contra qualquer forma de seleção (ENEM, ENADE etc);
- Criar comitês que levem a discussão da Reforma Universitária para base dos estudantes, além de discutir a tarefa de construir uma direção revolucionária para a UNE;
- Participar dos congressos da UNE comparecendo como uma fração com um programa classista.

Rondônia

Roberto Sobrinho/PT: “Porto Velho Para Todos”?

1) Questão Habitacional

O propalado slogan de campanha, “Porto Velho Melhor para Todos”, mostra a profunda demagogia petista. Com pouco mais de um mês de administração Roberto Sobrinho/PT, já se consolidam três desocupações de famílias sem teto, favorecendo empresários e políticos locais.

A situação dos sem teto de Porto Velho não está sendo diferente do restante do país. Roberto Sobrinho/PT se elegeu prometendo administrar com o povo. Esses terrenos onde foram efetuados os despejos, segundo noticiado na imprensa local, são todos de particulares. O prefeito garante a propriedade dos capitalistas e despeja os trabalhadores e suas famílias.

2) Questão do Transporte Coletivo Urbano

O sindicato dos donos dos transportes coletivos – SET – apresenta o sistema de catraca frontal, que inicialmente terá um período de adaptação dos usuários. Dentro de pouco tempo, experimentarão o sistema de bilhete eletrônico, substituindo o bilhete de papel, oferecendo um mês de uso “gratuito”, como forma de amaciar a população para não se rebelar contra a sistematização de mais saques sobre os trabalhadores. Um novo aumento de passagem virá junto ao novo sistema. Isso sem contar com o índice de desempregados, cujas estatísticas oficiais apontam em tomo de 40

mil na capital, e que certamente, com esse sistema implantado, culminará em mais desemprego na cidade.

Eles prometem integração virtual, em que os passageiros pagarão novas passagens se ultrapassarem mais de 40 minutos entre um itinerário e outro que necessitarem. Terão direito a integração apenas quando não ultrapassarem esse tempo.

O sindicato dos trabalhadores dos transportes coletivos ainda não se manifestou acerca da problemática. Sindicato que teve como um dos seus presidentes o vereador reeleito Hermínio/PT.

O que se observa é que o prefeito, sua secretária de habitação fundiária - Femandá Kopanakis - e seu Secretário Municipal dos Transportes da administração/PT - Cláudio Carvalho, não moveram uma palha para tentar resolver o problema dos sem teto e o problema que se delinea quanto ao saque dos empresários dos transportes sobre os trabalhadores e oprimidos em geral. Ele foi eleito pelos trabalhadores pelos desempregados e os moradores dos bairros da periferia da cidade e esses eleitores votaram acreditando nas promessas de campanha. Por isso, os trabalhadores em geral, desempregados, juventude, sem teto e demais oprimidos devem se mobilizar unidos numa luta através dos métodos de ação direta para exigir do prefeito a moradia para os sem teto e o transporte estatizado e sob controle dos trabalhadores e da população.

Rio Grande do Norte

Trabalhadores em educação derrotam a direção do SINTE na aprovação do eixo da greve

No dia 23 de fevereiro ocorreu a assembléia estadual dos trabalhadores em educação com indicativo de greve. Compareceram cerca de 800 trabalhadores para avaliar a situação da educação e os acordos firmados entre o sindicato e governadora. Há 11 anos que os trabalhadores estão com seus salários a cada dia mais achataados, sem nenhum centavo a mais. Já foram várias greves e cada uma delas a categoria não sai com conquistas econômicas, pelo contrário, os governos fazem acordos e não cumprem. As várias derrotas que a categoria tem sofrido têm sido fruto da política de conciliação da direção do sindicato PT/PCdoB.

No entanto, com a greve do ano passado, a categoria pôde presenciar de perto o que é uma direção traidora. A começar pela aprovação da greve que, na primeira assembléia, mesmo tendo sido aprovada, a direção se retirou da assembléia. As atividades aprovadas de acampamento na governadoria, ocupação na Secretaria etc, não foram encaminhadas, todas contavam com a desmobilização da direção.

Este ano, não serão diferentes as intenções da direção. No entanto, a categoria já impôs a primeira derrota a ela, quanto à aprovação do eixo desta greve. A proposta da direção era de que a greve deveria ter como eixo o PCCV (plano de cargos carreiras e vencimentos), tentado vender a ilusão de que isso traria reajuste salarial. O que é uma mentira, o que o plano iria contemplar seria apenas a garantia do direito à ascensão, que o governo não tem cumprido há anos.

A proposta da oposição foi o reajuste salarial como eixo central da greve, que incluiria todos os trabalhadores em educação, desde o ASG, professor, TED, e outros. O que não impediria a reivindicação do Plano. Porém, não podemos mais discutir Plano de cargos com um salário altamente rebaixado. Os trabalhadores devem discutir o reajuste e a partir daí implementar a discussão e aprovação

de um plano. O que os governos têm feito é constituir comissões com a participação da direção estadual, que não funcionam, tentando amortecer a luta com a idéia de que se está discutindo. Na verdade, nada tem saído do papel.

A aprovação do reajuste como eixo principal da greve foi a primeira derrota da direção. Porém, devemos estar atentos, pois esta também já concretizou sua primeira manobra na assembléia. A greve, que deveria ter sido aprovada nesta mesma assembléia, ficou para ser concretizada na próxima, uma vez que haverá uma negociação com o governo. O que a categoria não percebeu é que é mais um jogo político entre a governadora e a direção para ganhar tempo com a greve.

A Corrente Proletária interveio defendendo a aprovação imediata da greve, denunciando a situação de caos das escolas estaduais em Ceará Mirim, onde a governadora não pagou a conta de água e o abastecimento foi cortado em todas as escolas, como também a falta de professores em escolas estaduais de outros municípios.

Defendemos também que se criassem comandos com ampla participação da base, pois não deveríamos acreditar numa direção que há anos nos leva à derrota. E comprovamos como isso é fruto de sua convivência política e seu entrelaçamento com o governo estadual (Vilma/PSB), destacando os diretores do sindicato, que agora têm cargos no governo, como Canindé de França (PCdoB) que assume uma secretaria de assuntos agrários, a ex-professora Fanquinha (PT) que assume a direção da Dired (diretoria de educação). E outros que assumem cargos no governo federal.

Convocamos os trabalhadores a construir um movimento forte, confiando em nossas próprias forças ou seremos derrotados mais um ano. Alertamos para a necessidade ficarmos atentos as manobras da burocracia vendida e aliada do governo. Pois ela tentará barrar a força do movimento.

Municipais-SP

Serra assume a prefeitura impondo mais destruição à educação

Em janeiro, a direção do Sinpeem encaminhou ao novo prefeito as reivindicações que considera mais importantes: diferença de gratificação da GDE, a contratação dos aprovados no último concurso e o pagamento de um terço de férias. O PSDB, desde sua posse, tem anunciado medidas de cortes de recursos aos serviços públicos, alegando o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após três rodadas de negociação, o governo pagou apenas as férias e disse que priorizará os débitos com as empreiteiras. Portanto, trata-se de um governo que aplicará as mesmas medidas neoliberais de administradores anteriores.

Serra iniciou impondo mais arrocho salarial. A gratificação GDE não será paga, muito menos as perdas salariais, acumuladas nos governos Pitta e Marta. Além disso, confiscará mais de 6% dos salários para destinar ao IPREM, para atender a reforma da Previdência do governo PT/Lula, que estipulou abril como prazo máximo para enquadrar o funcionalismo no novo sistema. Recentemente, publicou em DO um plano emergencial de cortes, semelhante àquele que vem sendo aplicado pelo governo do Estado. Assim, em nome de uma suposta autonomia, caberão às escolas as reduzidas verbas e as parcerias com o setor privado, banqueiros, FIESP/BID, e com o governo do Estado. Ainda mais: propõe a reorganização da rede, visando à redução de um turno e ao avanço da municipalização. Todas essas medidas implicarão arrocho salarial, demissões, eliminação de direitos e destruição do ensino público.

Na reunião de Representantes de Escolas, foi novamente apro-

vada uma campanha salarial corporativista, baseada nos atos. Marcou-se para o dia 10 de março a entrega da pauta complementar de reivindicações, tendo como eixo o piso de 3 mínimos e o não confisco dos salários. No CR, não foi aprovada a paralisação do dia 10 de março e nem a unidade com o funcionalismo estadual. Isso mostra que a direção do sindicato pouco fará para pôr nas ruas uma campanha salarial de luta.

A Corrente Proletária defendeu a unidade dos municipais com os estaduais. Propôs nova assembléia no dia 18 de março, data da assembléia dos professores estaduais. Mas a direção encaminhou o dia 10. O corporativismo da direção do Sinpeem só favorece o governo. Para isso, os professores devem rejeitar essa política divisionista da direção do sindicato.

No Sinpeem, há um outro problema. Um setor da diretoria rompeu com o PCdoB e, aparentemente, comparece como oposição. Porém, a ala que rompeu com o restante da diretoria não o fez rechaçando a política pró-governista do outro setor. Ao contrário, esse rompimento foi aparelhista e eleitoreiro.

A Corrente Proletária tem se colocado na defesa de uma campanha salarial unificada (estado-prefeitura) como forma de enfrentar a política neoliberal aplicada pelos governos. Tem defendido que só a mobilização direta (greve, grandes manifestações de rua etc) poderá derrotar a política anti-trabalhadora dos governos. E tem mostrado a importância de fortalecer a Corrente Proletária, como verdadeira oposição à direção do Sinpeem.

Nesta edição:

- A burguesia e seus lacaios buscam calar o povo com a autonomia e a constituinte...
- As massas camponesas se rebelam contra os burocratas sindicais como el mallku, evo morales etc.

**Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Bolívia:

A burguesia e seus lacaios buscam calar o povo com a autonomia e a constituinte...

Mesa e os servos do Imperialismo, das multinacionais, colocam uma venda nos olhos das massas com as lorotas de reformas na Constituição, de autonomias regionais etc.

Como todos os problemas continuam nas mãos dos empresários, da burguesia e de seus capachos, o novo ordenamento jurídico e as autonomias continuarão servindo para garantir a propriedade privada da burguesia, das multinacionais (seus lucros fabulosos); enquanto as massas continuarão suportando o desemprego em escala e a extre-

ma miséria.

ESQUECEM O PROBLEMA CENTRAL

As calamidades que suportamos, a impossibilidade de sair das calamidades descarregadas sobre o país e nossa marcha para a barbárie são reflexos da crise econômica mundial, do fim da ordem social burguesa.

Na Bolívia esse processo se impõe e nos estrangula através das multinacionais que se apoderam de nossas riquezas.

Essa tragédia só será superada se

conseguirmos acabar com a grande propriedade privada, com o Imperialismo, com as multinacionais, com a burguesia servil e imbecil.

A tão comentada Autonomia, uma nova e remendada Constituição, que será manejada pela burguesia, nos levará à barbárie, agravará nossa exploração e a miséria das massas.

Propomos que o povo sepulte a burguesia e que marchemos de imediato rumo à revolução e ditadura proletárias.

(extraído do "Masas" boliviano n. 1935 de 04/02/2005)

Bolívia:

As massas camponesas se rebelam contra os burocratas sindicais como el mallku, evo morales etc.

Trata-se de um fato positivo para o futuro do sindicalismo camponês, cuja efetivação pode garantir o desenvolvimento positivo das organizações do campo.

Camponeses das províncias do Departamento de La Paz mostram sinais de que estão se organizando para repudiar a burocracia sindical corrupta do campo.

O que está aborrecendo a população agrária pacenha é que os dirigentes sindicais agrícolas estão utilizando seus cargos para obterem uma série de vantagens pessoais e inclusive enriquecerem,

enquanto os verdadeiros camponeses são abandonados a sua própria sorte, em meio à lamentável situação de miséria.

Não podemos tolerar que as direções sindicais se transformem numa casta privilegiada.

Os sindicatos camponeses devem materializar em sua atividade cotidiana a democracia direta que impera nos ayllus (comunidades) e nas nacionalidades nativas. Têm de ser a vontade das bases a que deve ser traduzida na linha da organização, na conduta diária da direção e das bases sindicais. Os trabalhos de direção

não devem ser pagos, sob nenhum pretexto.

As organizações sindicais têm de lutar contra a burguesia e seu governo e ligar-se, tanto no plano ideológico, como no da prática diária, com a política revolucionária do proletariado.

A emancipação dos camponeses e dos explorados e oprimidos em geral será conquistada pelo caminho da revolução social e a instauração do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

(extraído do "Masas" boliviano n. 1935 de 04/02/2005)

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Revista Socialismo Científico número 10, com as resoluções políticas e os documentos do 8o. Congresso Nacional do POR